



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4000527-78.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória**  
 Requerente: **AMARO LONGHIM JUNIOR**  
 Requerido: **CONSTRUTORA CONINTER LTDA e outros**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

AMARO LONGHIM JUNIOR, qualificado na inicial, ajuizou ação de Procedimento Sumário em face de CONSTRUTORA CONINTER LTDA, PAULO SILVIO VAZ DE ARRUDA CORSINI, GERSON LIMA DA COSTA, também qualificados, objetivando a adjudicação dos imóveis: **a)** apartamento nº 82, localizado no 8º andar ou 10º pavimento, do Edifício "João Abdelnur", situado nesta cidade, município, comarca e circunscrição de São Carlos/SP, à Rua Episcopal nº 1725, composto de hall social, sala, cozinha, área de circulação, área de serviço com um WC, vestíbulo, um dormitório e um banheiro social, contendo uma área total de 78,43453125 metros quadrados, sendo 55,89 metros quadrados de área útil e 22,54453125 metros quadrados de área comum, cabendo-lhe ainda uma fração ideal de 2,721250% no terreno e nas coisas comuns; **b)** vaga de garagem nº 20, localizada no sub-solo ou 1º pavimento do Edifício "João Abdelnur", situado nesta cidade, município, comarca e circunscrição de São Carlos/SP, à Rua Episcopal nº 1725, contendo dita vaga uma área útil de 10,12 metros quadrados, área comum de 14,852 metros quadrados, perfazendo a área total de 24,972 metros quadrados, cabendo-lhe a fração ideal de 0,383365% no respectivo terreno e coisas comuns.

Salienta que adquiriu referido imóvel, pagando integralmente o preço ajustado, mas que até a presente data os réus não lavraram o instrumento definitivo.

Os requeridos, citados, concordaram expressamente com o pedido inicial.

É o relatório.

DECIDO.

Aduz o autor que comprou o apartamento e a vaga de garagem que especifica.

Os réus, citados, concordaram expressamente com o pedido do autor.

O reconhecimento do pedido só pode levar ao resultado pretendido pelo autor, de modo que, havendo nos autos prova cabal da relação contratual estabelecida sob o título de promessa de venda e compra, é de rigor o acolhimento da pretensão.

Cabe, por fim ressaltar que a jurisprudência vem se posicionando, de modo tranqüilo, sobre a possibilidade da demanda mesmo para as hipóteses, como a dos autos,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de contrato particular sem registro.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a ação e ADJUDICO ao autor AMARO LONGHIM JUNIOR os objetos da ação designados por **a)** apartamento nº 82, localizado no 8º andar ou 10º pavimento, do Edifício "João Abdelnur", situado nesta cidade, município, comarca e circunscrição de São Carlos/SP, à Rua Episcopal nº 1725, composto de hall social, sala, cozinha, área de circulação, área de serviço com um WC, vestíbulo, um dormitório e um banheiro social, contendo uma área total de 78,43453125 metros quadrados, sendo 55,89 metros quadrados de área útil e 22,54453125 metros quadrados de área comum, cabendo-lhe ainda uma fração ideal de 2,721250% no terreno e nas coisas comuns; **b)** vaga de garagem nº 20, localizada no sub-solo ou 1º pavimento do Edifício "João Abdelnur", situado nesta cidade, município, comarca e circunscrição de São Carlos/SP, à Rua Episcopal nº 1725, contendo dita vaga uma área útil de 10,12 metros quadrados, área comum de 14,852 metros quadrados, perfazendo a área total de 24,972 metros quadrados, cabendo-lhe a fração ideal de 0,383365% no respectivo terreno e coisas comuns; e CONDENO os réus CONSTRUTORA CONINTER LTDA, PAULO SILVIO VAZ DE ARRUDA CORSINI e GERSON LIMA DA COSTA ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (*dez por cento*) sobre o valor dado à causa, e com isso JULGO EXTINTA a presente ação com fundamento no art. 269, II, do Código de Processo Civil..

Transitada esta em julgado e recolhido o imposto, expeça-se carta de sentença para registro nos termos do artigo 221, inciso IV da Lei de Registros Públicos.

P.R.I.

São Carlos, 26 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**